

A postura estratégica brasileira quanto aos assuntos de Defesa na fronteira amazônica

Carlos Henrique Arantes de Moraes – Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)

Henrique de Queiroz Henriques – Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)

Resumo

O presente trabalho se propõe a realizar uma apresentação das estratégias brasileira quanto aos assuntos de segurança e defesa de sua fronteira amazônica, a fim de responder aos seguintes questionamentos: quais são as orientações estratégicas do Ministério da Defesa para as Forças Armadas e como essas orientações são transformadas em ações na faixa de fronteira amazônica? Nesse contexto, a pesquisa tem como tema central apontar quais são as estratégias de defesa do Brasil e as ações realizadas pelo Estado Brasileiro. O trabalho ganha importância nesta área do conhecimento tendo em vista a recorrente temática amazônica de área cobiçada, baseando-se em pesquisas bibliográficas e em sites governamentais, assim como se utiliza de exemplos atuais. Por fim, verifica-se que o Brasil assume uma postura de antecipação a fim de evitar a proliferação de conflitos na região, por meio da presença e operações conduzidas pelas Forças Armadas ao longo da fronteira amazônica.

Palavras-chave: Estudos Estratégicos, Defesa, Fronteiras, Amazônia

Abstract

The present work proposes to make a presentation of the Brazilian strategies regarding the security and defense issues of its Amazonian border, in order to answer the following questions: what are the strategic guidelines of the Ministry of Defense for the Armed Forces and how these guidelines are transformed into actions on the Amazon border strip? In this context, the research has as its central theme to point out which are the defense strategies of Brazil and the actions carried out by the Brazilian State. The work gains importance in this area of knowledge in view of the recurrent Amazonian theme of a coveted area, based on bibliographic research and government websites, as well as using current examples. Finally, it appears that Brazil assumes a posture of anticipation in order to avoid the proliferation of conflicts in the region, through the presence and operations conducted by the Armed Forces along the Amazonian border.

Keywords: Strategy Studies, Defense, Borders, Amazon

1. Introdução

A região amazônica encontra-se na atenção das estratégias de defesa do Brasil. Isso pode ser percebido em seus documentos oficiais que tratam do tema e nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Essas percepções configuram a postura brasileira quanto aos assuntos de segurança na região. A diversidade local, somados aos fatores de cobiça internacional, a vasta extensão territorial do Brasil e as dificuldades em desenvolver a região exigem que a postura nacional nessa área seja específica.

Nesse contexto, o Estado brasileiro estabelece suas políticas e estratégias de defesa, bem como suas estratégias militares apropriadas para alcançar seus objetivos. As Fronteiras são locais que demandam a atenção de qualquer Estado Nacional e tem provocado diversos estudos a respeito. Esses estudos exigem uma abordagem interdisciplinar de historiadores, geógrafos e sociólogos entre outras especializações (MEDINA, 2006, p.10).

Um Estado para possuir a condição perfeita de existência necessita constituir um povo, um governo e um território (MALUF, 2018). Esse último configura o espaço físico onde o poder e as leis do governante possuem sua legitimidade, diante da população, garantindo a independência com relação aos outros Estados (SALA, 2013, p. 15), assim percebe-se a importância dada às fronteiras nacionais.

O presente estudo se baseia na Teoria da Securitização da Escola de Copenhagen, em particular de Barry Buzan (2003), pela qual o Estado permanece como ator principal nas Relações Internacionais, porém nos Estudos de Segurança Internacional há uma abertura para questões diversas dentro do tema de segurança, que deixaram de ser puramente militares e passaram

a envolver outras questões políticas, sociais e econômicas (SILVA e PEREIRA, 2019, p. 3). Nesse contexto, as abordagens sobre fronteira na perspectiva de Defesa aos seus Estados, produzem questões geopolíticas – *border* – e questões securitárias – *frontier* (MEDEIROS FILHO, 2020, p. 80).

Como fundamentação dos marcos teóricos e elementos empíricos, o presente estudo construiu uma revisão de literatura de diversas fontes de pesquisas (BATTAGLINO, 2008; BUZAN e WÆVER, 2003; CENTENO, 2002; KACOWICZ, 1998; MARES, 1997; RAZA, 2014). Já a base de dados mapeada para a formulação do quadro empírico foi extraída de *Correlates of War (COW)*, permitindo o uso de tipologias e taxonomias associadas ao estudo dos conflitos armados na América do Sul.

No prosseguimento teórico da Escola de Copenhagen, Buzan e Waever (2003, p. 30) apontam que a regionalização dos assuntos de segurança permite uma imagem mais clara, empírica e compreensível das dinâmicas internacionais. Diante de tais fatos, independentes dos conceitos de fronteiras – *border* ou *frontier* – essa região carece de uma abordagem, entre outras, na área de defesa seja por qualquer Estado Nacional. Esse tema torna-se mais relevante na Região Norte do Brasil, pois as questões da segurança pública e de defesa se confundem e trabalham de forma integrada, em especial em sua faixa de fronteira com outros países, onde decorre uma presença tênue do Estado (GABRIEL, 2013, p.28).

As esperanças, medos e ideias preconcebidas de suas civilizações recebem influências do seu espaço geográfico e pautam a regionalização dos assuntos de segurança (MARSHALL, 2018, p. 7). Portanto, quanto mais estudamos a formação dos Estados, através dos séculos, maior será a influência da geografia para essa formação (KAPLAN, 2012) e, conseqüentemente, para cada situação de fronteira.

Sendo assim, o presente trabalho se dará de forma qualitativa, a partir de revisão bibliográfica, visando realizar a análise conceitual de fronteiras, com enfoque para Norte do país. Além disso, buscará um entendimento do ambiente geopolítico regional que gera influências para a área estudada e as estratégias militares que o Ministério da Defesa entende como o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos políticos. Por último, serão apresentadas ações realizadas com participação das Forças Armadas na região fronteira amazônica, a fim de responder à seguinte questão-problema: Quais são as orientações estratégicas do Ministério da Defesa para as Forças Armadas e como essas orientações são transformadas em ações na faixa de fronteira amazônica? O objetivo deste artigo é apresentar o trabalho das Forças Armadas, sob o ponto de vista da orientação do Ministério da Defesa por meio da Política Nacional de Defesa (PDN) e da Estratégia Nacional de Defesa (END) respeitando suas peculiaridades, e seu alinhamento ao fim a que se destina. Este trabalho atinge a finalidade de atender às demandas exigidas pelo nível estratégico nacional descritas nas Políticas de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Doutrina Militar de Defesa.

2. Fronteiras terrestres no entorno estratégico brasileiro

No caso do continente americano há um campo fértil na discussão de fronteiras de seus países. Inicia-se que a maioria de seus conflitos armados tem origem em questões territoriais.

“Diez de los dieciséis conflictos que implican solamente a países latinoamericanos y caribeños permanecen activos. (...). Todas las disputas interestatales militarizadas entre 1990 y 2001 implican a países latinoamericanos y caribeños con conflictos limítrofes” (DOMÍNGUEZ, 2003, p.18).

Domínguez (2003) particulariza o caso de que os conflitos militarizados ocorridos na América Latina são, em sua maioria, voltados para áreas fronteiriças. De fato, a formação político-geográfica da América Latina, em geral, foi consequência de uma confusa divisão entre as duas principais metrópoles que colonizaram a região – Espanha e Portugal – que assinaram vários acordos entre si.

“Ao tempo da Independência dos Estados latino-americanos, nenhum dos acordos de fronteira celebrados entre Portugal e Espanha permanecia em vigor. O Tratado de Tordesilhas de 1494 havia sido revogado pelo Tratado de Madri de 1750, que por sua vez fora anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo; o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 restabeleceu as linhas gerais de 1750, sendo depois anulado e substituído, em 1801, pelo Tratado de Badajós entre Portugal e Espanha, este declarado nulo por Portugal em 1808” (VARGAS, 2017, p.157).

Esse amontoado de tratados citados por Vargas (2017) serviu para potencializar as dificuldades de interpretação das fronteiras entre os países recém independentes na América no século XIX. Por outro lado, pode-se acrescentar que o *uti possidetis* assumiu o princípio delimitador das fronteiras latino-americanas, baseando o direito da posse, ou seja, a ocupação efetiva da terra a quem ocupava (CINTRA, 2012, p.427).

Para os estudos regionais de defesa do Estado Brasileiro, considera-se a América do Sul e não a América Latina como entorno estratégico e, consequentemente, região de influência ou de maior interesse do Brasil. O próprio Livro Branco de Defesa Nacional aborda a atenção com o entorno estratégico que trata a América do Sul, o Atlântico Sul e os países da Costa Ocidental africana lindeiros ao Atlântico Sul (BRASIL, 2020a). Corroborando com essa divisão entre América Central e América do Sul, Buzan e Wæver (2003, p.309) percebem a diferenciação entre esses dois subcontinentes nos assuntos de defesa, quantificando 40 intervenções nor-

te-americanas na América Central e Caribe, enquanto nenhuma vez na América do Sul. Isso demonstra uma diferenciação entre os subcontinentes. Destarte, para fins de complexo regional, o artigo trabalhará a América do Sul como área de estudo, obedecendo ao entorno proposto pelo Brasil.

A descolonização da América do Sul influiu na cultura de segurança e defesa regional apresentada nos dias atuais. As Nações da região não nasceram lutando por independência como outras regiões do mundo, as independências não desencadearam imediatamente grandes guerras. Por outro lado, isso levou a muitas fronteiras

instáveis ou contestadas e, consequentemente, a guerras entre as novas unidades sobre seu posicionamento exato e delineamento (BUZAN e WAEVER, 2003, p.307). Além disso, os quatro vice-reinados espanhóis na América colonial, dividiram-se em 18 Estados soberanos (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 307), aumentando o perímetro fronteiriço americano.

Essa confusão de delimitação de fronteiras e territórios resulta algumas fricções na atual configuração sul-americana que ainda permanecem latente, ainda que essas disputas tendam mais no campo diplomático, sem utilização efetiva de guerras.

PERÍODO	NOME	ENVOLVIDOS	RAZÕES DO CONFLITO
1995	Guerra no Cenepa	Equador e Peru	Territorial – Alto Rio Cenepa
1982	Guerra das Malvinas	Argentina e Reino Unido	Territorial – Ilhas Falklands
1981	Guerra do Falso Pakisha	Equador e Peru	Territorial – Região do Vale Comaina
1941	Guerra Equatoriano-Peruana	Equador e Peru	Territorial – Províncias de El Oro e Loja
1932 – 1935	Guerra do Chaco	Bolívia e Paraguai	Territorial – Região do Chaco
1932	Conflito de Letícia	Colômbia e Peru	Territorial – Região do Vale do Rio Putumayo
1879 – 1884	Guerra do Pacífico	Bolívia, Chile e Peru	Territorial – Região de Iquique
1865 – 1866	Guerra Espanhola-sulamericana	Chile, Espanha e Peru	Políticos sociais – brigas entre colonos espanhóis e peões locais (xenofobia)
1864 – 1870	Guerra da Tríplice Aliança	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	Territorial – Domínio sobre o Rio da Prata

Tabela 01 – Conflitos armados ocorridos na América do Sul nos Séculos XIX e XX. Fonte: Correlates of War (COW) <https://correlatesofwar.org/datasets/MIDs> (Elaborada pelos autores)

A partir da tabela 01, podemos verificar que os conflitos armados sul-americanos se encontram relacionados com as fricções fronteiriças. A maioria desses conflitos armados ocorridos nos últimos séculos no subcontinente da América do Sul teve como causas conflitos fronteiriços ou territoriais, corroborando com as abordagens de Domínguez (2003).

Outra característica sul-americana é a imagem pacifista quando comparado com outras regiões do planeta. Além de uma relativa periferia de sua localização em relação aos grandes centros mundiais (MEDEIROS FILHO, 2014,

p.23). Um consenso internacional na literatura argumenta que a América do Sul é uma área marcada por uma “longa paz” (BATTAGLINO, 2008, 2012; CENTENO, 2002; KACOWICZ, 1998). Para Buzan (2003, p.304), a região sofre a ação de uma hegemonia no subcontinente do Norte. Os EUA possuem forte domínio regional e não seria interessante para aquela potência a eclosão de conflitos armados sob sua área de domínio. Essa percepção do autor pode ser comprovada pela rápida duração dos conflitos intrarregionais e a presença de diplomatas estadunidenses nas reuniões de arbitragem como país garantidor em conflitos ocorridos na América do Sul.

Nesse ínterim de explicar a “longa paz”, Kacowicz (1998, p. 89) analisa três explicações para a manutenção da paz sul-americana, os papéis pacificadores dos Estados Unidos e do Brasil, os efeitos da democratização e satisfação com o status quo territorial.

Essa situação é reforçada por Centeno (2002, p. 10) quando narra a pacificidade da região por meio dos mapas. Segundo o autor, as fronteiras da América Latina em 1840 são surpreendentemente parecidas com as atuais. No que pese as fricções citadas anteriormente, os contornos físicos dos Estados pouco mudaram.

Por outro lado, Franchi et al (2017, p.8) aponta para uma paz regional relativa, em que pese a concordância com outros autores sobre conflitos curtos e em menores quantidades quando comparados a outras regiões, por outro lado, argumenta que essas características são devidas a escassez de equipamentos e tecnologia dos países locais, o que não permitiria ações militares de maior envergadura.

Centeno justifica o motivo da pacificidade da região e essa manutenção de fronteiras ao longo do tempo.

A guerra requer competência organizacional básica e acesso a recursos que apenas alguns estados possuem. Desse ponto de vista, a América Latina tem sido pacífica porque os Estados da região nunca desenvolveram a capacidade política de ter guerras prolongadas. Sem estados, sem guerras (CENTENO, 2002, p. 91-92)

Domínguez (2003, p.21) reforça a ideia da falta de recursos para o pouco avanço no campo militar, mesmo com as fricções fronteiriças, ocorrendo um sistema de equilíbrio de poder e dirimindo a ocorrência de enfrentamentos bélicos entre os sul-americanos. Inclusive, existem bibliografias que sugerem os conflitos interestaduais na América do Sul como irrelevantes com relação à duração, ao equipamento e tecnologia utilizados e número de mortos, com exceção da Guerra do Chaco (1932-1935) entre o Paraguai e a Bolívia.

Portanto, segundo Domínguez (2003) e Franchi (2013), a América do Sul tenderia a mesma belicosidade de outras áreas mundiais, caso fosse servida de maiores recursos financeiros e tecnologias de maiores envergadura e organização política do Estado para a condução de conflitos bélicos.

Todavia, independente das causas, os conflitos bélicos ocorridos nos dois últimos séculos nesse subcontinente foram de curta duração e tiveram como resolução acordos diplomáticos entre os beligerantes, formando um ambiente salutar para intercâmbios econômicos, políticos e culturais. Um verdadeiro patrimônio se compararmos a outras partes do globo (NASSER e MORAES, 2014, p.9).

Segundo Herz (2010), nas últimas décadas, inclusive durante a Guerra Fria, os Estados sul-americanos entenderam esse ambiente e acordaram entre si alguns entendimentos voltados para a defesa.

“Regional international treaties and declarations, as well as adherence to international treaties in the area of arms control and non-proliferation, are the clearest multilateral expression of the emphasis on the peaceful nature of international relations in the region. The absence of weapons of mass destruction has been well established in the southern part of the hemisphere. The 1967 Tlatelolco Treaty, which created a nuclear-weapon-free zone in the whole of Latin America, is fully enforced. The adherence to arms control treaties is widespread and adherence to the Nuclear Non-Proliferation Treaty and the Chemical and Biological Weapons Conventions is universal. The Cartagena Declaration on Renunciation of Weapons of Mass Destruction was issued in 1991. In 2002, the presidents of South America met in Ecuador and declared South America a Zone of Peace and Cooperation” (HERZ, 2010, p. 602).

Dessa forma, o ambiente sul-americano propicia a aproximação de seus Estados para cooperações de defesa, e estes, de certa forma, aproveitam-se dos acordos citados por Herz (2010), fortalecendo o ambiente pacífico constatado no subcontinente.

Não se pode deixar de lado o potencial sul-americano. Terras potencialmente agricultáveis, a maior diversidade física, biológica e climática de todos os continentes, abrangendo de desertos áridos e florestas tropicais úmidas a geleiras, bem como sua abundância hídrica, confrontando com sérios problemas socioeconômicos de sua população e baixos índices de desenvolvimento humano. (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 25). Esse traço em comum tende, também, a facilitar uma cooperação entre suas Nações.

No contexto dos estudos de defesa sul-americanos, destaca-se o caso brasileiro. Suas fronteiras terrestres são extensas, cerca de 16.886Km (BRASIL, 2019, p. 11). Além da grande extensão, o Brasil possui fronteira com a maioria dos países do subcontinente, com exceção somente de Equador e Chile, o que aponta para a centralidade do país como influenciador regional nesses assuntos.

De fato, as características da dimensão continental, a herança imperial e lusitana, a língua portuguesa, o alto grau de miscigenação cultural, além do relativo dinamismo industrial e da assimétrica produção interna, fazem do Brasil um país com grande importância geopolítica no subcontinente (MEDEIROS FILHO, 2014, p.28), fortalecendo um papel central nos assuntos securitários sul-americanos.

A partir da próxima seção, será estudado o ambiente geopolítico desse entorno estratégico e, após isso, como o Brasil monta as estratégias para atingir suas políticas de defesa, particularmente na sua fronteira amazônica.

3. O ambiente geopolítico sul-americano

Segundo Buzan e Waever (2003, p. 317) a América do Sul pode ser dividida em alguns subcomplexos, dentre

os quais se destacam o Cone Sul e o Norte Andino. De forma que seus representantes influenciam as tomadas de decisão de outro complexo, mas não há uma ligação direta ou aliança entre esses blocos. Como exemplo pode-se citar o caso chileno no século passado, que temia uma aliança Peru-Bolívia-Argentina, o que nunca ocorreu.

Isso ocorre devido à cultura de não intervenção nos assuntos de seus países vizinhos, por mais que pertençam a uma mesma região (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 317). Essa cultura característica da América do Sul conduz à criação de um vácuo de poder, onde cabe a aplicação do poder pelo EUA (MARES, 1997, p. 196), demonstrando uma ausência de pensamento em segurança coletiva entre os sul-americanos.

A estabilidade política interna e, principalmente, o nível de estabilidade entre os Estados determinam os subcomplexos regionais existentes na América do Sul. A partir da Figura 01, percebe-se o subcontinente em duas áreas de segurança – Amazônia e Cone Sul, sendo caracterizadas por suas atuais estabilidades políticas. Enquanto no Cone Sul identifica-se uma área de cooperação entre as Nações e uma segurança interna mais estável, na área amazônica encontra-se maior instabilidade, gerando um clima de maior insegurança (MEDEIROS FILHO, 2014).

Ainda em seu trabalho, MEDEIROS FILHO (2014, p. 29) chama a atenção para a orientação dessas duas áreas, uma corresponde à faixa atlântica – o Mercosul estendido –, a outra se refere à porção do Pacífico.

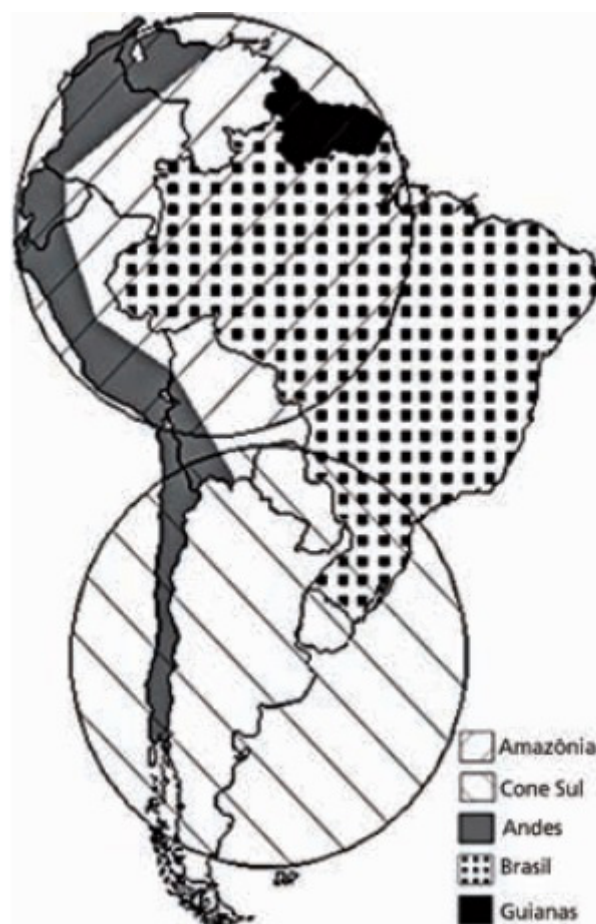


Figura 01 – Porções regionais da América do Sul - Fonte: MEDEIROS FILHO, 2014, p.28.

Por outro lado, Raza (2014, p. 69) identifica um complexo de segurança na América do Sul com um olhar brasileiro, onde as fronteiras são divididas em três, em cada extensão dessa divisão o Brasil apresenta elementos internos

que necessitam de abordagens diferentes, por exemplo, o campo fisiográfico, sociocultural e econômico. Além disso, os países vizinhos apresentam diferentes níveis de estabilidade, segurança pública e relações externas.



Figura 02 – As diferentes fronteiras brasileiras - Fonte: RAZA, 2014, p. 70, 72 e 75

Portanto, como demonstrado na Figura 02, os arcos fronteira do Brasil possuem realidades específicas. Conforme visto anteriormente, de fato são expressões do poder que carecem análises diferentes em cada caso, não só interna, mas também diante dos países vizinhos.

Após a análise dos três estudos sobre um complexo de segurança regional na América do Sul é razoável comprovar uma centralidade do Brasil em todo o complexo, ou melhor, em cada subcomplexo existente. Além da extensa territorialidade e contato com a maioria dos

países, os efeitos de causas e consequências desses dois subcomplexos são relevantes para o Brasil. Exemplo disso são as iniciativas brasileiras no Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 322-323).

Essas iniciativas brasileiras, além de objetivar sua busca em estabilizar a região, comprovam uma relativa liderança entre seus vizinhos, haja vista a aceitabilidade dos entes e até mesmo a sua importância extrarregional.

Na disputa da hegemonia internacional, o continente sul-americano tem atraído a atenção de potências externas à região. Se durante a Guerra Fria, a América Latina, como um todo, foi tratada como uma “periferia geopolítica”, a mudança da Ordem Mundial mostrou que “a retomada de uma distribuição multipolar associada a uma renovada competição geopolítica entre grandes potências contribui para um reposicionamento da América Latina na geopolítica contemporânea” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2020, p. 12).

O campo securitário tem encontrado um terreno fértil na América do Sul, reforçando a citação de Teixeira Júnior (2020) acima. Particularmente no pós Guerra Fria, os debates acadêmicos ganham força da corrente construtivista, aprofundando e ampliando temas como a segurança humana, o pós-colonialismo, o feminismo, entre outros (BUZAN e HANSEN, 2012), temas presentes na região e ofuscados durante a Ordem Mundial bipolar.

Na seção anterior, ao se desenhar uma América do Sul pacífica, os autores citados tratam, de certo, de uma Paz Negativa, aquela que conta com ausências de guerras. Por outro lado, existe a presença de uma “violência estrutural” presente nas injustiças e desigualdades sociais (GALTUNG, 1969, p. 168), perceptível na América do Sul e, particularmente, na região amazônica, onde o conflito não desapareceu nem é iminente (BATTAGLINO, 2008, p. 25).

Cabe aqui relembrar as características da América do Sul, com elevados níveis de pobreza e exclusão social. Possui dificuldades de comunicações e integração devido a sua hostil geografia, o que dificulta seu desenvolvimento. Por outro lado, a abundância em recursos minerais sempre foi um atrativo para as potências extrarregionais, o que dificultou o desenvolvimento econômico, devido as imposições cíclicas e não diversificação de produção (NOGUEIRA, 2015, p.132).

Esse cenário de securitização não foi exclusividade da América do Sul, ocorreu em todo o globo no pós Guerra Fria. Todavia, vem ao encontro com a fertilidade desses temas o aumento do foco geopolítico para a região, como demonstrado anteriormente, justamente quando se pesquisa a paz e a Teoria da Securitização que norteiam este trabalho.

Aprofundando o cenário atual, não se pode desperceber a crise político-econômica vivida na Venezuela. Esse caso talvez seja a face mais evidente de como a região vem chamando a atenção de um jogo geopolítico cuja lógica é centrada no tabuleiro euroasiático (TEIXEIRA JÚNIOR, 2020, p.12).

“a progressiva transformação da América do Sul em zona de disputa entre as grandes potências não apenas a inclui como arena da competição entre atores sistêmicos na multipolaridade, como afeta radicalmente os cálculos de poder militar no subcontinente, com a presença de atores nuclearmente armados e dotados de capacidades de projeção de poder militar em longas distâncias” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019, p.32).

A citação acima de Teixeira Júnior, ao apresentar os desafios contemporâneos do Exército Brasileiro, chama a atenção para a crise venezuelana e como ela exige uma postura brasileira no seu entorno estratégico, tendo que lidar com a ambição de potências externas ao ambiente com grande impacto no campo militar.

Desta feita, a próxima seção buscará apresentar as ações estratégicas que atualmente são realizadas pelo Estado Brasileiro, algumas pela exigência de fatores externos, outras para coibir os problemas securitários como visto nessa seção. Todavia, todas voltadas com ênfase no Ministério da Defesa.

4. As ações estratégicas de Defesa na fronteira amazônica

O Brasil confere uma atenção especial às suas fronteiras. Na América do Sul apenas outros dois países – Bolívia e Peru – possuem uma faixa de fronteira com legislações específicas que confere defesa e segurança dessa região.

Ainda assim, esses dois países adotam a faixa de 50 Km para a largura de sua faixa de fronteira, enquanto o Brasil alarga para 150 Km, desde a Constituição de 1937, mantendo essa distância até os dias atuais.

Fagundes (2019, p. 43) corrobora que o Brasil possui uma rigidez normativa baseada no seu histórico de construção de seu território, consolidando no pensamento político brasileiro a fronteira como zona de contenção. Esse pensamento tem cada vez mais aprofundado na política nacional devido os processos de globalização e integração contemporânea.

Concomitante a isso, há alguns anos o Brasil vem publicitando suas políticas e estratégias nacionais de defesa, desde 1996 e seguindo uma sequência da tabela 02.

ANO	DOCUMENTO		
1996	Política de Defesa Nacional		
2005	Política de Defesa Nacional		
2008	Estratégia Nacional de Defesa		
2012	Política Nacional de Defesa	Estratégia Nacional de Defesa	Livro Branco de Defesa
2016	Política Nacional de Defesa		Estratégia Nacional de Defesa
2020	Política Nacional de Defesa	Estratégia Nacional de Defesa	Livro Branco de Defesa

Tabela 02 - Evolução dos documentos oficiais de Defesa no Brasil. Fonte: elaborado pelo autor

Os documentos supracitados norteiam o planejamento estratégico das Políticas de Defesa brasileira. Sendo assim, a atual PND decide os objetivos estratégicos a serem atingidos, em decorrência da análise dos ambientes interno e externo e suas projeções,

configurando o documento de mais alto nível do setor. Esses objetivos devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela Nação brasileira no âmbito de defesa (BRASIL, 2020b).

NÚMERO	OND
I	Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial
II	Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas
III	Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.
IV	Preservar a coesão e a unidade nacionais
V	Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior
VI	Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.
VII	Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.
VII	Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais

Tabela 03 – Objetivos Nacionais de Defesa (OND) do Brasil - Fonte: Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020b, p. 25). (Elaborada pelos autores)

Por meio da Tabela 03, percebe-se que, no plano político, o Brasil elencou, ao todo, oito Objetivos Nacionais de Defesa (OND) a serem atingidos. Obviamente que esses objetivos possuem uma generalização de todo o Estado Brasileiro. A END, por sua vez, aponta como os segmentos do Estado Brasileiro colocarão em prática ações que aproximem a Nação ao alcance dos OND, ou seja, as capacidades nacionais de defesa são compostas por parcelas das expressões do Poder Nacional, porém a ênfase encontra-se na estrutura militar (BRASIL, 2020b).

Diante da imposição do nível político nacional de apontar qual a direção a seguir e como atingir os OND, o Ministério da Defesa (MD) formula as Estratégias Militares que preveem o “emprego, preparação, orientação e aplicação do poder militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando à consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político” (BRASIL, 2007, p. 35).

Com o objetivo de propiciar condições para um eficaz emprego combinado das Forças Armadas, o MD regula os entendimentos e as estratégias de emprego comuns.

ESTRATÉGIA DE EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS	CARACTERÍSTICAS DAS ESTRATÉGIA	FOCO TEMPORAL DA AÇÃO
Ação Independente	Baseada no princípio da legítima defesa, considerando os interesses vitais nacionais, quando estiver ameaçada a observância dos fundamentos, objetivos e princípios estipulados na CF.	Durante o conflito
Aliança	Conjugação da expressão militar com um ou mais países, constituindo uma aliança ou coalizão de Estados com interesses coincidentes.	Antes do conflito
Defensiva	Atitude temporária adotada deliberadamente ou imposta ante uma ameaça ou agressão, visando garantir a ocupação de espaço geográfico de interesse.	Durante o conflito
Dissuasão	Manutenção de forças militares capazes de desencorajar qualquer agressão militar.	Antes do conflito
Ofensiva	Iniciativa das operações em relação ao inimigo, obtendo vantagens políticas e militares iniciais, visando às futuras negociações de paz.	Durante o conflito
Presença	Presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias.	Antes do conflito
Projeção de Poder	Participação militar além das fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional, visando dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais.	Antes do conflito
Resistência	Ações militares em um conflito prolongado, de caráter restrito, na maioria das vezes de baixa intensidade, contra um inimigo caracterizado como possuidor de poder militar incontestavelmente superior.	Durante o conflito

Tabela 04 - Estratégias de Emprego Comuns às Forças Armadas - Fonte: BRASIL, 2007, p. 35. (Elaborada pelos autores)

Para isso, o MD elenca oito estratégias comuns de emprego de suas Forças Armadas, conforme a Tabela 04, e exige o constante preparo e treinamento das três Forças. Percebe-se que na tabela, foi incluído numa última coluna, o foco temporal das respectivas estratégias perante um possível conflito. Não há a rigidez de

se impor que esse seja o único momento de emprego daquela estratégia. Todas elas exigem ações antes e durante os conflitos. No entanto, há de se considerar que algumas estratégias possuem maior fundamentação antes do início de um conflito e outras terão maior aplicabilidade durante o conflito.

Portanto, há de se compreender que as estratégias da Aliança, Dissuasão, Presença e Projeção de Poder terão uma maior abordagem antes que um determinado conflito ocorra. Por exemplo, a dissuasão e a projeção de poder têm como objetivo mitigar o acontecimento de um conflito, desencorajando atitudes hostis no campo militar, isso é de grande valor antes de iniciar o conflito, o que não contraria sua utilização, se for o caso, ainda durante o acontecimento de um conflito.

Ainda assim, as estratégias da Ação Independente, Defensiva, Ofensiva e Resistência terão suas abordagens plenas durante a ocorrência do evento conflitivo armado. Obviamente que essas estratégias demandam treinamentos, planejamentos, doutrinas e adestramentos anteriores a escalada da crise por parte de todos os níveis das Forças Armadas, porém suas principais ações realmente ocorreriam ao desembocar do conflito

Diante de tal fato, espera-se do Estado Brasileiro uma postura estratégica, nesse atual momento de paz, com maiores ações orientadas para as estratégias entendidas com o foco anterior ao conflito armado, prezando por sua soberania e afastando nefastas possibilidades de ameaças.

4.1 A Estratégia da Aliança

Segundo o conceito de Segurança coletiva do Ministério da Defesa, uma nação pode ser fortalecida em consequência da associação com outros centros de poder, a partir da convergência de interesses comuns (BRASIL, 2007, p. 18). Portanto, em tempos de paz, é lícita e interessante a identificação de países que possuam interesses comuns aos brasileiros e haja uma aproximação, atendendo a estratégia da aliança concebida pelo MD.

No caso da região amazônica, essa estratégia fica bastante evidente na Organização do Tratado de Co-

operação Amazônico (OTCA). Único grupo formado somente por países condôminos da maior floresta tropical do mundo.

Segundo Rosalía Arteaga, primeira secretária geral da OTCA, o exercício da soberania foi uma das considerações constantes da agenda dos chanceleres dos oito países com soberania sobre a Bacia Amazônica (SERRANO, 2006, p. 86), quando assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA, 1978), pelos idos de 1978.

Não se podem negar outros objetivos constantes no prefácio do TCA. No entanto, fica evidenciado que a manutenção da soberania de cada Estado também faz parte do ensejo comum entre os membros.

CONSCIENTES que tanto el desarrollo socio-económico como la preservación del medioambiente son responsabilidades inherentes a la soberanía de cada Estado, y que la cooperación entre las Partes Contratantes servirá para facilitar el cumplimiento de estas responsabilidades, continuando y ampliando los esfuerzos conjuntos que están realizando en materia de conservación ecológica de la Amazonia (TCA, 1978, p.1).

Identifica-se um objetivo comum, convergente entre esses oito países, os quais, por meio de um tratado, demonstram trabalhar de maneira cooperada para que cada país tenha assegurado o direito de impor suas leis. Mattos (2011, p.118) chama a atenção que o “bilhete de ingresso” para o OTCA é a condição de ser amazônico, isso decorre do fato objetivo da presença soberana e independente na Amazônia desses participantes.

Para NOBRE (2014), os países amazônicos vêm demonstrando uma preocupação com questão da segurança na região. Países fronteiriços tem se organizado e manifestado seu descontentamento com uma possível interferência externa para a exploração dos recursos naturais amazônicos, o que tem intensificado as políticas de cooperação entre os Estados amazônicos, mesmo

que ainda estejam longe de arranjos militares de integração, mas já se pode aventar que existe um clima de franca cooperação.

Essa cooperação, por objetivos de Defesa em comum, pode ser retratada na quantidade de militares de paí-

ses condôminos da Floresta Sul-Americana que são matriculados no Curso de Operações na Selva no Brasil. Segundo o Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), dos 576 militares estrangeiros que concluíram seus cursos de especialização em combate na selva, 336 são militares de países amazônicos.

PAÍS	QUANTIDADE DE CONCLUDENTES
Bolívia	10
Colômbia	07
Equador	63
França (militares que servem na Guiana Francesa)	128
Guiana	45
Peru	26
Suriname	32
Venezuela	25
TOTAL	336

Tabela 05 – Militares estrangeiros formados no CIGS até o ano de 2019 - Fonte: CIGS, 2020, p. 7. (Elaborada pelos autores)

Portanto, conforme a Tabela 05, há um entendimento amistoso entre as Forças Armadas dos países condôminos na Floresta Amazônica, demonstrando que aquilo que possuem em comum, pode ser motivo de uma aliança militar. O Brasil ao ofertar essa participação em seu estabelecimento de ensino militar, fundamenta e potencializa a possibilidade de no futuro atingir com maior facilidade a Estratégia da Aliança.

4.2 A Estratégia da Dissuasão

A dissuasão é uma atitude estratégica que tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos, podendo utilizar-se de quaisquer meios de qualquer natureza, não exclusivamente militares, para o atingimento da finalidade (BRASIL, 2003, p. D-13).

Para isso, o Estado brasileiro lança mão de alguns feitos, visando a desmotivar alguma ação que relativize sua soberania. Sun Tzu (2007) já previa a importância de uma estratégia de dissuasão voltada a fazer o inimigo

desistir da ideia de atacar. No caso do presente estudo, ações que visam a região de fronteira amazônica. No campo militar, Carl Clausewitz (1984), aborda que em florestas as defesas e ataques devem verificar uma forma propícia àquele tipo de terreno.

Diante de tal fato, não só o Brasil, mas todos os países presentes na região amazônica possuem uma especialização militar, ou adestramento específico de suas tropas para os conflitos dessa região, conforme abordado no tópico anterior. Como exemplo dessa afirmação, pode-se verificar a criação de estabelecimentos de ensino voltados para o combate no interior da selva nos países amazônicos, buscando cumprir papel fundamental no escopo da capacidade dissuasória. As características naturais da área impõem um planejamento e uma atividade militar de unidades capazes de movimentar-se e resistir nesse ecossistema (SOUTO et al, 2018, p. 80).

Particularmente ao Brasil coube a liderança e o pioneirismo regional de criação de um estabelecimento de ensino exclusivo voltado para técnicas de combate no interior da Amazônia, com o CIGS em Manaus –

AM, no ano de 1964. Os outros países vieram a estabelecer suas escolas somente depois da década de 1980 (SOUTO et al, 2018, p. 73).

Além dessa capacidade de garantir as tropas especializadas, as operações de adestramento são realizadas constantemente, o que favorece o treinamento e a prontidão das tropas na região. A Operação Ágata é um exemplo, alinhada com o Plano Estratégico de Fronteiras, desenvolvida desde 2009. Outro exemplo, a AmazonLog foi um Exercício de Logística Multinacional Interagências ocorrido em 2017, inédito na América do Sul, ocorrido na Faixa de Fronteira brasileira, envolvendo as seguintes agências: ANVISA; Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do MRE; Departamento de Polícia Federal; FUNAI; FUNASA; IBAMA; INFRAERO; SESAI; ACNUR; FN SUS; CENSIPAM; INPA; UFAM; ICMBio; Secretaria de Proteção e Defesa Civil, Nacional, do Amazonas e de Tabatinga; Secretaria da Receita Federal; VIGIAGRO; PMAM; CBMAM; e Polícia Civil do Estado do Amazonas.

Essas capacidades de Operações na faixa de fronteiras servem como uma grande demonstração brasileira de atingir, com capacidade logística, a atuação em suas linhas de divisa. Não somente com demonstrações de combate interestatal, mas no contexto de combater crimes transfronteiriços, atingindo ambos os conceitos de *border* e *frontier*, alinhando a Teoria da Securitização às suas ações.

Vale ainda ressaltar que as Operações Verde Brasil I e II serviram de narrativas ao governo brasileiro que procurou mostrar ao mundo a sua capacidade de garantir a preservação da floresta amazônica, afastando-se de uma possível legitimação de intervenção ambiental, conforme discursos recentes sobre as queimadas na floresta amazônica que despontam como problema de caráter internacional, caracterizando a Teoria da Securitização. O governo brasileiro utilizou, e continua utilizando,

suas Forças Armadas para diminuir os impactos de narrativas e discursos levantados em defesa do meio ambiente e agressão à soberania nacional sobre aquela região.

Citada anteriormente, a crise venezuelana exigiu uma resposta ao grande fluxo de refugiados que saíam daquele país. Em 2018, o Brasil iniciou a Operação Acolhida. No início de 2020, o número total de refugiados e migrantes que deixaram o território venezuelano totalizou 5.180.615 pessoas, sendo o Brasil o 6º País em quantidade a receber desse montante (ACNUR, 2020). Os números em tela mostram a gravidade da crise humanitária que se descortina no país vizinho e o Brasil demonstra uma grande capacidade de receber e facilitar o cotidiano desses efetivos migratórios.

Diante de tal fato, o Estado Brasileiro, por intermédio da Operação Acolhida, já se tornou uma referência em acolhimento humanitário. A estrutura que foi criada em Roraima é algo que merece ser reproduzido em outros países (PEREIRA, 2019), permitindo ao país uma imagem de pronta resposta e dissuasória na sua fronteira amazônica.

4.3 A Estratégia da Presença

A estratégia da presença está incutida na cultura estratégica da Força Terrestre brasileira, sendo uma herança portuguesa conduzida pela necessidade de expansão e da manutenção do território nos séculos XVII, XVIII e XIX (RODRIGUES, 2020, p. 64). Quando se analisa a construção das fronteiras Norte do Brasil, percebe-se o como as fortificações e as colônias militares contribuíram para essa demarcação atual.

Segundo Rodrigues (2020, p. 57) o Exército Brasileiro, além de outras, caracteriza-se por buscar a manutenção

da presença militar, particularmente ao longo das fronteiras terrestres que possuem baixa densidade demográfica ou no interior do país com baixo desenvolvimento.

Particularmente, a Estratégia da Presença é visualizada de maneira mais expressiva pela Força Terrestre Brasileira. Franchi (2013, p. 269) conclui que das três Forças Armadas, aquela com maior presença na região amazônica é o Exército Brasileiro.

“o Exército ganhou um papel de destaque com relação à região, tornando-se a principal força a pensar e agir sobre o território. A Aeronáutica, a mais nova das três forças armadas, vem em seguida, contribuindo com um importante papel de suporte ao desbravamento da região a partir da década de 1940 e de suporte ao Exército. A Marinha, embora tenha antecedentes tão antigos na região quanto o Exército, tem participação e presença tímida na imensa malha hidrográfica da bacia amazônica” (FRANCHI, 2013, p. 269).

O Exército Brasileiro demonstra em sua Concepção Estratégica que a sua presença se caracteriza sob o aspecto militar, psicossocial e político (SIPLEX, 2017, p. 6). No que tange a expressão militar, a finalidade é cumprir sua destinação constitucional, por meio de criteriosa articulação no território e pela capacidade de rápido deslocamento de tropas para qualquer região do País, caracterizando a mobilidade estratégica. Já a expressão psicossocial e política, baseiam-se no desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade.

Essa Concepção Estratégica do Exército Brasileiro está alinhada ao conceito da estratégia da presença da Doutrina Militar de Defesa, qual seja a finalidade de cumprir a destinação constitucional, seja para as atribuições subsidiárias (BRASIL, 2007, p. 36).

Não se pode deixar alheia a ideia de que a instituição Exército Brasileiro possui um histórico de participação no desenvolvimento nacional. Segundo o soció-

logo Gilberto Freyre (2019), no Brasil, o Exército era a única, ou quase a única, força organizada, quase sempre foi uma força de coordenação de contrários da vida nacional, acompanhando as tendências que parecem mais de acordo com as tradições e as necessidades mais gerais do país, o Exército posiciona-se como solução para o desenvolvimento social, econômico e intelectual do país, não seria diferente na região amazônica.

Dessa forma, é concebível que a estratégia da presença, particularmente nas deslocadas fronteiras amazônicas, esteja incutida na Força Terrestre e faça parte de sua concepção estratégica.

4.4 A Estratégia da Projeção de Poder

A Projeção de Poder, segundo a Doutrina Militar de defesa, se desenvolve por meio da participação militar além das fronteiras, ou seja, fora do território nacional e que possibilitem o respeito internacional ao Brasil, e visa a dissuadir potenciais agressores (BRASIL, 2007, p. 38). Logo, as ações que buscam a abordagem dessa estratégia ultrapassam o escopo da região amazônica, até mesmo a nacional.

Para o cumprimento dessa missão, observa-se cada vez mais a necessidade de desenvolvimento tecnológico autônomo e nacional para uma maior independência brasileira nas ações de defesa e segurança na região. O Brasil precisa de uma base científico-tecnológica para produção de tecnologias que sejam condizentes com as aspirações e necessidades nacionais. Por exemplo, a ênfase no apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Assim, ações estratégicas como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras Terrestre (SISFRON) e o Satélite Geoestacionário através da banda de uso exclusivo militar, garantirão segurança nas transmissões de informações estratégicas do país, os quais devem ser posicio-

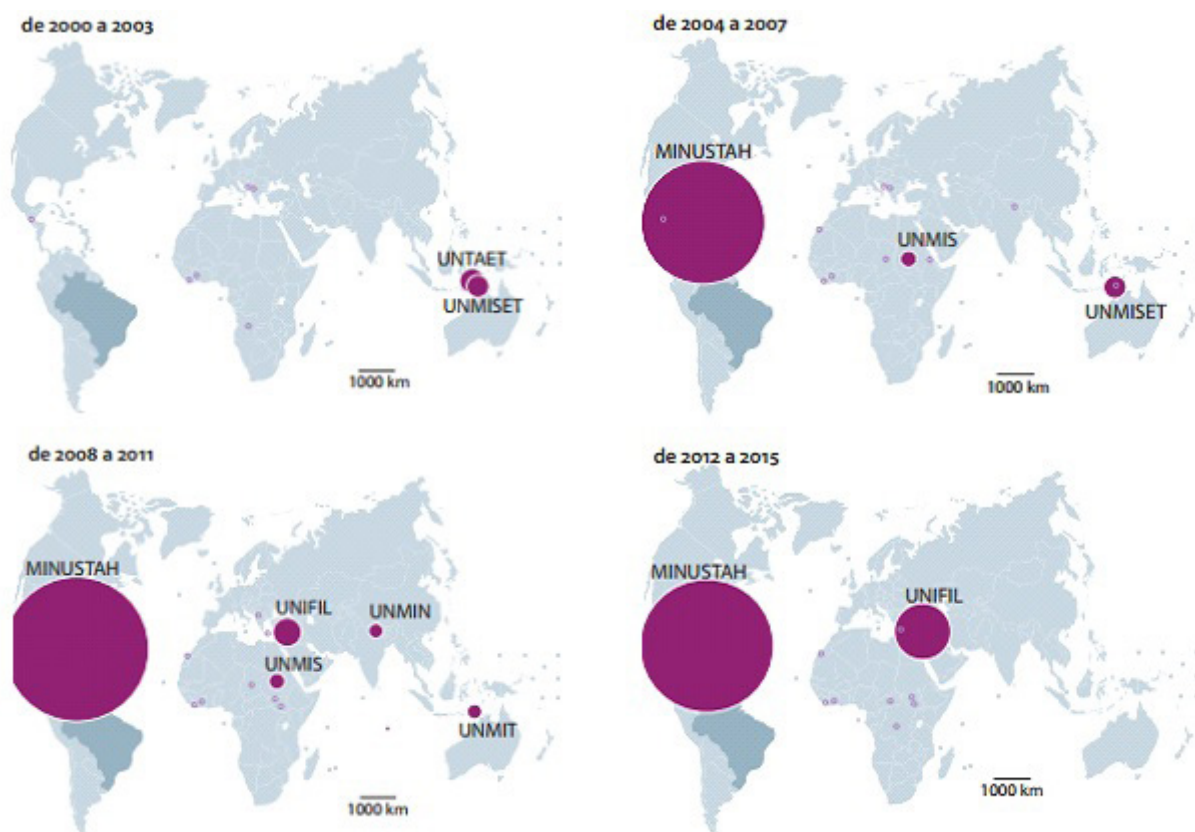
nados em regiões estratégicas da Amazônia e do Brasil onde há a maior incidência de crimes transnacionais para a garantia da soberania nacional, aumentando a presença do Estado, melhorando a infraestrutura local (GERALDO e COSSUL, 2017).

Além da projeção de uma capacidade tecnológica, a diplomacia brasileira tenta atuar ao lado de Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (LIMA et al, 2017, p. 34). Sem dúvidas, esse esforço do Estado Brasileiro tem de ser encarado como uma projeção de poder.

Ainda que o Brasil não tenha alcançado seu objetivo em atuar como membro permanente, o destaque regional já é perceptível, uma vez que o Brasil é o país da América

do Sul mais vezes eleito para exercer mandatos como membro rotativo no CSNU, conforme o sítio eletrônico daquele órgão¹. Vale ressaltar que essa eleição ocorre por meio de seus pares regionais para o diálogo sobre esses temas essenciais. Além disso, no âmbito mundial, apenas o Japão possui mais participações que o Estado Brasileiro como membro rotativo. O fato de estar entre os países com maiores participações, pressupõe uma visão de relativa liderança regional aos países extra regionais.

Outra maneira de projetar poder e reforçar a capacidade de possuir um assento permanente é a participação brasileira em operações de paz. Nesse aspecto, o país apresentou um crescimento nas duas últimas décadas, porém ao terminar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em 2014/2015, o efetivo reduziu de forma drástica.



1 <https://www.un.org/securitycouncil/content/countries-elected-members>, acessado em Ago 2020.



Figura 03 – Efeito brasileiro em apoio à ONU de 2000 a 2020 - Fonte: LIMA et al, 2017, p. 37

Portanto, entende-se que no atual momento há uma maior necessidade do Estado brasileiro projetar poder. Conforme a Figura 03, o término da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) gerou uma diminuição das tropas brasileiras no exterior. Não obstante, no início de 2021, a Marinha do Brasil retirou seus meios e militares da Força Temporária das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Isso dificulta o atendimento da estratégia de Projeção de Poder.

4.5 As Estratégias da Ação Independente, Ofensiva, Defensiva e Resistência

Ação Independente é caracterizada pelo emprego preponderante da expressão militar quando houver ameaça sobre a observância dos fundamentos, objetivos e princípios estipulados na Constituição Federal (BRASIL, 2007, p. 35). Para isso, serão utilizadas a Ofensiva (caracterizada pela iniciativa das operações), a Defensiva (objetiva garantir a ocupação de espaço geográfico de interesse, economizar meios, diminuir as vantagens do agressor e criar condições favoráveis ao desenvolvimento da ofensiva) e a Resistência (ações militares em um conflito prolongado, de caráter restrito, na maioria das vezes de baixa intensidade) (BRASIL, 2007, p. 36).

As ações na fronteira brasileira são uma preocupação constante e, recentemente, as Forças Armadas têm preocupações adicionais na região. Violação da segurança por atores não estatais, ameaças à soberania brasileira por ação de Organizações não Governamentais ligadas a questão Ecológica, a chamada governança global e os investimentos para “comprar” a Amazônia, traficantes de droga, corrupção de agentes públicos ligados a região, guerrilhas dos chamados “Estados falidos” na fronteira, dentre outros são a diversa gama de ameaças que fazem com que o Brasil coloque dentre suas prioridades a securitização da região amazônica brasileira no novo contexto global, e o alto escalão do Exército Brasileiro tem enfatizado uma ampla expansão das políticas governamentais de múltiplos níveis no âmbito tecnológico e geopolítico para proteger a Amazônia (ZIRKER, 2015).

Como se pode perceber, essas estratégias exigem um esforço do campo militar, identificado no período de paz com adestramentos e atualizações de doutrinas que atendam o atingimento das estratégias elencadas. Para isso, o Ministério da Defesa, por meio de suas Forças Armadas realizam instruções, exercícios e estudos doutrinários voltados para a doutrina das operações militares. As próprias operações mencionadas em tópicos anteriores, Operação Ágata e Operação Amazônia, por exemplo, possuem um caráter de adestramento. Portanto, essas estratégias estão abarcadas no cotidiano das Forças Armadas.

5. Conclusões

O Estado Brasileiro tem adotado uma postura identificada com suas estratégias de emprego, no âmbito do Ministério da Defesa, particularmente aquelas estratégias que exigem ações preventivas das Forças Armadas, visando o período anterior de uma deflagração do objetivo.

O complexo entendimento de fronteira e suas implicações, particularmente no entorno estratégico nacional, definem a agenda de segurança e defesa brasileira, com ações que conseguem abarcar seus objetivos na faixa Norte do país, como foi verificado no presente trabalho.

Não se pode olvidar do ambiente geopolítico sul-americano. Uma região que tem demonstrado pouca quantidade de conflitos armados, também curtos, no seu passado recente. Porém apresenta, ainda, fricções territoriais fronteiriças que se estendem desde a descolonização dos Estados locais e insegurança política de seus Estados, principalmente no subcomplexo da região Norte brasileira. Além disso, a riqueza de recursos atrai a atenção de potências mundiais para a região. Ao somar o narcotráfico, que tem atuação de crime transnacional, as ações de defesa extrapolam o campo do conflito interestatal e alinham-se com a Teoria da Securitização, ao proteger a soberania nacional diante desses novos atores.

As estratégias de defesa brasileiras abarcam ações permanentes, desde os tempos de inexistência de conflitos armados no entorno, como atualmente. Portanto todas as estratégias são alcançadas por ações realizadas nos dias atuais conforme apresentado na última sessão. Porém, as características de atração de potências mundiais e problemas de ordem pública exigem, por vezes, a securitização do assunto.

As operações, de coordenação do MD ou de outros ministérios, que o Brasil realizou nas últimas décadas demonstram alinhamento com as estratégias. As Operações Amazônia, Ágata, Acolhida, AmazonLog e Verde Brasil I e II são exemplos bem sucedidos desse poder de dissuasão, seja contra crimes transnacionais e ambientais, seja contra conflitos interestatais, até mesmo na demonstração de capacidade em realizar logística em toda a faixa de fronteira.

As ações diplomáticas com os países condôminos da região amazônica fortalecem o objetivo brasileiro de afastar as influências extrarregionais, ainda que haja pouca integração econômica e de infraestrutura entre seus membros. De certa forma, há o entendimento regional de que existe um bem comum, a Amazônia. O OTCA é um facilitador para futuras alianças militares caso haja uma crise que tenha como tema a floresta tropical, embora necessite de maiores acordos políticos para que alcance plenamente estratégia.

Após o término da MINUSTAH, o Brasil carece de ações que fortaleçam a Estratégia da Projeção do Poder. Principalmente se a presença no CSNU ainda seja um objetivo político do país. Ainda que não seja, essa estratégia permite um maior protagonismo brasileiro, permitindo sua projeção sobre seu entorno estratégico, conforme orienta a PND. Dessa forma, seria de interesse o aumento da participação do Brasil em missões de paz visando a projeção de suas Forças Armadas, como ocorreu no Haiti.

Ainda a respeito da estratégia da projeção de poder, o desenvolvimento de ciência e tecnologia em território nacional é um fator que deve ser incentivado. Conforme apontado, a capacidade de conduzir a tecnologia necessária e independente de apoio externo para projetos de interesse da defesa, como satélites geostacioná-

rios e alcance dos radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) são exemplos que demonstrariam uma maior projeção de poder.

A colocação de Organizações Militares pela fronteira amazônica é um legado dos portugueses que está incutido no pensamento de segurança nacional traduzido pela estratégia da presença. Se naquele período o objetivo era conquistar e manter as fronteiras pouco povoadas, atualmente o objetivo além de vigilância, também visa abordar as ações subsidiárias, incrementando o desenvolvimento regional e, consequentemente, contribuindo para a defesa nacional.

A teoria de Securitização pode ser percebida nessas ações. O Estado permanece tema central no debate e tem como objetivo essa manutenção. De acordo com os temas em voga, as ações estratégicas do Ministério da Defesa, com o uso de suas Forças Armadas, atendem ao discurso temporal exigido como resposta.

Por fim, ainda que mais ações estratégicas sejam interessantes, o Estado Brasileiro, por meio do MD, tem demonstrado que busca o atingimento de seus objetivos de defesa. Nas ações apresentadas no escopo desse trabalho, percebe-se que buscam mitigar a existência de um conflito, seja por meio da dissuasão, presença, projeção de poder e, até mesmo, nos constantes treinamentos realizados na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REGUGIADOS (ACNUR). *Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V)*. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>> Acesso em: Agosto 2020.
- BATTAGLINO, Jorge Mário. (2008), “Palabras mortales ¿Rearme y carrera armamentista en América del Sur?”, *Nueva Sociedad*, nº 215, 23-34.
- BRASIL, Presidência da República. (1996), *Política de Defesa Nacional*.
- _____, Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. (2003), *C20-1 – Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército*.
- _____, Ministério da Defesa. (2005), *Política de Defesa Nacional*.
- _____, Ministério da Defesa. (2007), *MD51-M-04 Doutrina Militar de Defesa*.
- _____, Ministério da Defesa. (2008), *Estratégia Nacional de Defesa*.
- _____, Ministério da Defesa. (2012a), *Livro Branco de Defesa Nacional*.
- _____, Ministério da Defesa. (2012b), *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*.
- _____, Ministério da Defesa. (2016), *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*.
- _____, Ministério da Defesa. (2019), Memento nº 85. Brasília: Ministério da Defesa: Departamento de Organização e Legislação, 2019.
- _____, Ministério da Defesa. (2020a) *Livro branco de Defesa Nacional*.
- _____, Ministério da Defesa. (2020b) *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. (2003), *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. (2012), *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo, Ed. UNESP.
- CENTENO, Miguel Angel. (2002), *Blood and debt: war and the nation-state in Latin America*. Philadelphia, Pennsylvania State University Press.
- CIGS, Centro de Instrução de Guerra na Selva. (2020), *Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva*. Manaus, CIGS.

- CINTRA, Jorge Pimentel. (2012), “O Mapa das Cortes e as Fronteiras do Brasil”, *Boletim de Ciências Geodésicas Escola Politécnica da USP*, v. 18, nº 3, 421-445.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. (1984), *Da Guerra*. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval.
- DOMÍNGUEZ, Jorge I. (2003), “Conflictos territoriales y limítrofes en América Latina y Caribe”, in A. SERBIN, D. MARES, F. ARAVENA, J. DOMÍNGUEZ, M. OROZCO e S. RAMÍREZ (orgs), *Conflictos territoriales y democracia en América Latina*, Buenos Aires, Siglo XXI FLACSO editores.
- FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. (2019), *Políticas de Segurança e Defesa nas Fronteiras Internacionais do Brasil*. Boa Vista, Editora da UFRR.
- FRANCHI, Tássio. (2013), “Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical - o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX”, *Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília*.
- FREYRE, Gilberto. (2019), *Nação e Exército*. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 2 ed.
- GABRIEL, Pedro Henrique Luz. (2013), “REGIÃO NORTE: Políticas Públicas de Defesa na Região Norte”, in A. ZIMERMAN (org), *Fronteiras e segurança na América do Sul*, Santo André, Universidade Federal do ABC.
- GALTUNG, Johan. (1969), “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, vol. 6, no. 3, 167-191.
- GERALDO, Michelly Sandy; COSSUL, Naiane Inez. (2017), “Tecnologia como fator estratégico para o Brasil e para a segurança da América do Sul”, *Revista Política Hoje*, vol. 26, no. 1, 37-54.
- HERZ, Mônica. (2010), “Concepts of Security in South America”, *International Peacekeeping*, vol.17, no.5, 598-612.
- KACOWICZ, Arie M. (1998), *Zones of peace in the third world*. New York, Suny Press.
- KAPLAN, Robert D. (2013), *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- LIMA, Maria Regina Soares de et al. (2017), *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Rio de Janeiro, Latitude Sul.
- MARES, David R. (1997), “Regional Conflict Management in Latin America: Power Complemented by Diplomacy”, in D.A. LAKE, P.M. MORGAN (orgs), *Regional Orders: Building Security in a New World*, University Park, Pennsylvania State University Press.
- MARSHALL, Tim. (2018), *Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global*. Rio de Janeiro, Zahar.
-

- MATTOS, Carlos de Meira. (2011), “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, in *Geopolítica v.II*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- MEDEIROS FILHO, Oscar. (2014), “Breve panorama de segurança na América do Sul”, in R.M. NASSER, R.F. MORAES (orgs), *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*, Brasília, IPEA.
- _____. (2020), “Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a *border* e a *frontier*”, *Coleção Meira Matos: revista das ciências militares*. vol. 14. no. 49, 77-97.
- MEDINA, Eusebio. (2006), “Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales”, *Revista de Estudios Fronterizos*, vol.7, 9-27. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279178417_Aportaciones_para_una_epistemologia_de_los_estudios_sobre_fronteras_internacionales. Acessado em: 26 de maio de 2020.
- NASSER, Reginaldo Mattar. MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (2014), *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília, IPEA.
- NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. (2014), “Recursos naturais na região amazônica: cooperação ou conflito?”, *Revista Política Hoje*, vol. 23, no. 1, 65-92.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire. (2015), “América do Sul: Uma Visão Geopolítica”, *Cadernos do Instituto da Defesa Nacional*. Lisboa, EUROPRESS.
- PEREIRA, André Paulo dos Santos. “A imigração venezuelana em Roraima: situação e perspectivas”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jan-06/mp-debate-imigracao-venezuelana-roraima-situacao-perspectivas>> Acesso em: Ago 2020.
- RAZA, Salvador. (2014), “Proposição de um sistema de segurança de fronteiras brasileiras: um esforço para transformar o desenho de força”, in R.M. NASSER, R.F. MORAES (orgs), *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*, Brasília, IPEA.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. (2020), “A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil”, *Revista Artigos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército*. vol 8, 55-69. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExArE/article/view/4844>. Acessado em: 20 de maio de 2020.
- SALA, José Blanes. (2013), “Apresentação: As Fronteiras do Brasil”, in A. ZIMERMAN (org), *Fronteiras e segurança na América do Sul*. Santo André, Universidade Federal do ABC.
- SERRANO, Rosalía Arteaga. (2006), “A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): um desafio permanente”, *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, no. 4, 86-100.
- SILVA, Caroline Cordeiro Viana. PEREIRA, Alexsandro Eugenio. (2019), “A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos”. *Revista de Sociologia Política*. Vol. 27, no. 69.

SOUTO, Juan Carlos Flores. PAIM, Rodrigo de Almeida. FRANCHI, Tássio. (2018), “As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro”, *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. vol. 5, no. 2, 61-86.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. (2019), “Brasil e o Ambiente Global de Segurança”, in I.O. ANDRADE (org), *Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro*, Brasília, IPEA.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. (2020), “O Entorno Estratégico Brasileiro na Geopolítica das Grandes Potências: a Crise da Venezuela e seus Impactos para o Brasil”, *Revista Artigos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército*. vol 8, 9-25. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExArE/article/view/4842>. Acessado em: 20 de maio de 2020.

TCA. Tratado de Cooperação Amazônica, 1978. Disponível em: <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20160629/488ec01c1ab55922e4797d9d49e2934c.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2020.

TZU, Sun. (2019), *A arte da guerra*. São Paulo, Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

VARGAS, Fábio Aristimunho. (2017), *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília, FUNAG.

ZIRKER, Daniel Gates. (2015), “Um Olhar Estrangeiro sobre Segurança e Securitização na Amazônia”, *Revista Política Hoje*, vol. 24, no. 1, 149-164.